



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

PP do RS questiona Flávio Bolsonaro

O avanço da crise envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PL) e o caso Banco Master começam a provocar os primeiros sinais públicos de desconforto dentro do próprio campo da direita. E o recado mais duro veio justamente de um aliado histórico.

Flávio tem que se explicar

O deputado federal gaúcho Afonso Hamm (foto), vice-presidente do Progressistas no Rio Grande do Sul, decidiu abandonar o discurso automático de blindagem política e falou aquilo que muitos aliados ainda tentam evitar nos bastidores: “Flávio tem que explicar, convencer e provar”.



VINIICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Aliança conservadora

A declaração não é pequena. Vem de um parlamentar experiente, de perfil moderado, ligado diretamente à construção da aliança conservadora gaúcha para 2026. E talvez o ponto mais relevante seja exatamente esse: Hamm não rompeu, mas também não passou pano.

Sem cheque em branco

Na prática, o Progressistas gaúcho começa a desenhar uma linha que pode virar tendência dentro da centro-direita: apoio político não será mais um cheque em branco.

Projeto eleitoral segue de pé

O deputado deixou claro que o projeto eleitoral do campo conservador no Rio Grande do Sul segue de pé, com o deputado federal gaúcho Luciano Zucco (PL) como nome ao governo estadual, acompanhado de Silvana Covatti (PP) na vice. Também reafirmou apoio às pré-candidaturas ao Senado de Marcel van Hattem (Novo) e Ubiratan Sanderson (PL).

Reflexos eleitorais

Mas o centro da entrevista à coluna **Repórter Brasília** acabou sendo outro: o temor de que a crise nacional contaminasse o palanque gaúcho. Hamm foi direto ao admitir que o caso “atrapalha” e pode ter reflexos eleitorais. Em Brasília, poucos aliados bolsonaristas falam isso publicamente. A maioria ainda aposta na estratégia tradicional de confronto contra adversários e denúncia de perseguição política.

Eleitorado conservador

O problema é que denúncias financeiras e suspeitas envolvendo dinheiro costumam produzir desgaste diferente dentro do eleitorado conservador, especialmente entre setores do agro, empresariado e classe média que sustentam o discurso de ética e combate à corrupção. Ao defender que “ética vale para a esquerda e para a direita”, Afonso Hamm toca justamente no ponto mais sensível da direita brasileira hoje: o risco de repetir os mesmos vícios que durante anos serviram de combustível contra o PT.

Congresso derruba vetos e libera verba a municípios

Autorização permite que prefeituras celebrem convênios em ano eleitoral

/ CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira vetos do presidente Lula (PT) a pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e decidiu liberar a doação de bens, valores ou benefícios pela administração pública durante o período eleitoral, além do acesso de municípios inadimplentes a transferências da União.

No total, foram quatro vetos derrubados na sessão conjunta do Congresso. A base do governo construiu acordo para a derrubada de três. O PT foi contra apenas à liberação de doações em período eleitoral, mas por falta de acordo o governo liberou partidos aliados a votarem a favor.

Com a derrubada dos vetos, o Congresso faz voltar a valer a autorização para municípios inadimplentes de até 65 mil habitantes celebrarem convênios para receber recursos federais; a permissão para que o poder público faça doações de bens, dinheiro ou outros benefícios durante o período eleitoral; e a possibilidade de a União enviar recursos orçamentários para a construção e manutenção de rodovias estaduais e municipais caso elas integrem modais de transporte ou ao escoamento produtivo.

A liberação de doações beneficia municípios no geral e abre brechas para o pagamento de emendas parlamentares não



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Aprovação abre brechas à LDO para pagamento de emendas não impositivas

impositivas, que são alvos de restrições durante o período de campanha. Além disso, críticos ao projeto avaliam que o texto é genérico e não define os tipos de doações permitidas.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), destacou que a derrubada de vetos nesta semana foi um gesto a gestores municipais. Políticos do centrão tendem a confiar em uma rede de prefeitos aliados para fazer campanha “na ponta” e conseguir o chamado “voto de estrutura”.

O texto da LDO que voltou a valer determina, apenas, a necessidade de uma contrapartida por parte dos municípios. Isso pode ser feito por meio de outra doação ou do compromisso com um projeto em específico.

Nesta semana, há justamen-

te a Marcha dos Prefeitos em Brasília. Nesse sentido, Alcolumbre pediu “sensibilidade” para os pares finalizarem os pedidos de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista sobre a fraude do Banco Master e votarem os vetos.

“Nos últimos meses, grande parte das lideranças foram acionados por membros do Executivo e Legislativo municipais sobre a importância de pautarmos esse veto. 92% dos municípios brasileiros possuem menos de 65 mil habitantes. O atual quadro de desafios orçamentários e fiscais que as prefeituras têm enfrentado torna de extrema importância essa sessão”, disse Alcolumbre.

Ele completou, apelando pelo fim dos pedidos de CPI e concentração na derrubada dos vetos.

PF decide rejeitar proposta de delação de Vorcaro

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) comunicou ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quarta-feira que rejeitou a proposta de delação do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master.

A PF considerou que as informações apresentadas pelo banqueiro não eram inéditas e não justificavam a assinatura do acordo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tem avaliado que é possível pedir complementos à proposta de delação para verificar se seria possível a assinatura do acordo.

Com isso, a defesa do banqueiro deve buscar um caminho para

prosseguir com as negociações após a rejeição da PF.

Preso no início de março por ordem do ministro André Mendonça, Vorcaro começou a negociar um acordo de delação em 19 de março. Após cerca de 45 dias de trabalho, sua defesa entregou aos investigadores uma proposta de colaboração.

Os investigadores tinham adotado critérios rígidos na análise da delação do banqueiro e diziam que deveria apresentar provas além do que já havia sido encontrado no próprio celular dele.

Entretanto, a proposta entregue foi considerada insuficiente pelos investigadores da PF e da PGR.

A avaliação foi de que Vorcaro fez uma delação seletiva e não contou tudo o que sabia sobre personagens relevantes.

Após a entrega da delação, a PF deflagrou duas novas fases da Operação Compliance Zero que aumentaram a pressão sobre o banqueiro. Uma delas foi contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI) sob suspeita do pagamento de uma mesada pelo Banco Master - o senador nega as acusações.

Outra resultou na prisão, na semana passada, do pai do banqueiro, Henrique Vorcaro, sob suspeita de envolvimento no pagamento de um grupo de milícia usado por Vorcaro para atacar adversários.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade